

**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 868, DE 2018**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_/2019**

**(Do Sr. Cezinha de Madureira)**

Requer a realização de Audiência  
Pública para discutir a Medida  
Provisória nº 868, de 2018.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2, inciso II, da Constituição Federal combinado com os artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião de audiência pública desta Comissão Mista para discussão da Medida Provisória nº 868, de 2018, que altera o marco legal do saneamento básico. Sugiro convidar os seguintes especialistas e entidades:

- Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
- Ministério da Economia – ME
- Ministério de Meio Ambiente – MMA
- Confederação Nacional da Indústria – CNI
- Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB
- Fundação Nacional de Saúde – FUNASA
- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp
- Instituto Trata Brasil – ITB (OSCIP que atua no saneamento básico)
- Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – SINDCON
- Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR
- Confederação Nacional de Municípios - CNM
- Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços de Água e Esgoto – ABCON
- Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – AESBE
- Programa de Parceria de Investimento – PPI



- Frederico Araújo Turolla - Pezco Economic and Business Intelligence
- Jerson Kelman - Professor de Recursos Hídricos da COPPE-UFRJ
- Gesner Oliveira - Professor de EAESP da Fundação Getúlio Vargas
- Benjamim Cimerman – Especialista em Parasitologia Médica e ex-Presidente da Associação Brasileira de Parasitologia Médica

## JUSTIFICAÇÃO

A finalidade da audiência pública é recolher subsídios de representantes de órgãos do governo federal e de entidades privadas, de modo a permitir aos membros da Comissão elucidar dúvidas ou expor posicionamentos sobre o tema, em especial sobre as potenciais melhorias ao saneamento básico que a MP pode trazer. Dessa forma, a audiência indicada deverá subsidiar a apresentação de sugestões ao Relator e a proposição de eventuais ajustes na MPV nº 868, de 2018.

Julgo de fundamental importância ouvir os representantes das entidades e especialistas aqui sugeridos, todos com larga experiência no trato com o tema de que trata a presente Medida Provisória. Diante do que ora se expõe, conto com apoio dos demais membros do Colegiado para concretizar o objetivo deste requerimento.

Sala da comissão,                      de março de 2019.

**Cezinha de Madureira**  
Deputado Federal (PSD/SP)